



**CONGRESSO DE VIENA**  
**GUIA DE ESTUDOS**

**DIPLOMUN ONLINE 2021**  
**1 E 2 DE MAIO**

# SUMÁRIO

CARTA DA DIRETORA .....	3
INTRODUÇÃO.....	4
COMITÊ .....	5
O Comitê Histórico .....	5
O Congresso de Viena.....	5
CONTEXTO HISTÓRICO E PROBLEMÁTICA .....	6
Revolução Francesa .....	6
Contrarrevolução, Regicídio e O Reino de Terror .....	6
O Diretório e Expansão Revolucionária .....	8
Guerras napoleônicas .....	9
Formação das Coligações .....	10
O CONGRESSO DE VIENA .....	13
O equilíbrio do poder e o Concerto da Europa .....	13
Ordem Conservadora .....	15
Participantes do Congresso .....	15
Elementos-chave .....	16
Mudanças territoriais na Europa .....	18
Consequências diplomáticas do Congresso de Viena .....	21
A Santa Aliança e a Quádrupla Aliança.....	23
INFORMAÇÕES AOS DELEGADOS.....	25
O QUE SE ESPERA DO COMITÊ? .....	26
CONCLUSÃO .....	27
REFERÊNCIAS .....	28

# CARTA DA DIRETORA

Caros delegados,

Olá, me chamo Lorena Oliveira, e eu estou muito feliz em recebê-los no Comitê Histórico no Instituto Diplomun. Eu sou extremamente suspeita quando se trata do Congresso de Viena, uma estudante de biológicas que ama história e em que a primeira simulação foi neste mesmo comitê. Eu tenho um fascínio por fatos antigos e grandes reuniões diplomáticas antes da criação da ONU, e sempre com aquele sentimento de - o que poderia ter acontecido se alguns acordos não tivessem sido feitos, ou países tivessem sido emancipados. Ou seja, imaginar cenários irreais como preenchimento de tempo livre.

Na simulação, você delegado tem o poder de fazer o melhor para o seu país, algo que no Congresso "original" não ocorreu. Alguns acordos foram monopolizados e muitos saíram sem muitos reparos, países deixaram de existir e novas esferas de poder/dominação surgiram. As interpretações do passado e as suas diversas metamorfoses, com ideias criativas e estratégias é que tornarão esses dois dias um verdadeiro espetáculo.

Mais uma vez, seja bem-vindo ao Congresso de Viena. Se você possuir alguma dúvida ou preocupações sobre o comitê ao pesquisar ou ao redigir o documento de posicionamento oficial (DPO), sinta-se à vontade para entrar em contato. Mal posso esperar para ver todos vocês em maio!

Atenciosamente,  
Lorena Oliveira.

# INTRODUÇÃO

Uma das questões mais importantes que se deve entender ao participar de um comitê histórico é a necessidade de um certo esforço imaginativo. Primeiramente, porque os delegados estarão tomando para si os papéis dos líderes políticos e representantes diplomáticos de nações do passado que mudaram tanto ou até mesmo deixaram de existir. Isso significa visualizar o contexto histórico, o ambiente à sua volta e as vontades do seu país, e tentar internalizar essa realidade o máximo possível, chegando no ponto de quase acreditar que está em novembro de 1814. Ademais, é de fundamental importância ressaltar que o objetivo do comitê é analisar através de um novo debate como a história poderia ter se desdobrado, por isso os delegados não necessitam seguir a história à risca, ou seja, muitas nações que não tiveram seus objetivos alcançados podem ter nessa nova reunião uma nova oportunidade.

*“A França aspirava, em outras palavras, criar uma situação em que toda ambição e empreendimento injusto [encontraria] tanto sua condenação quanto um obstáculo perpétuo”. Isso pode soar como um grande ideal inatingível, mas a Europa realmente não tinha escolha. Sem esses princípios em vigor, mantidos firmes e rigorosamente guardados, os negócios internacionais logo degenerariam em uma busca imprudente de interesse próprio e poder - assim como aquela corrida imprudente mergulhou o continente naquele "horror longo e mortal" do último quarto de século. Agora que Napoleão foi derrotado, a Europa deve aproveitar esta oportunidade para coroar a justiça como “a principal virtude” dos assuntos internacionais. Os líderes dos Estados devem prometer que nunca agiriam nem concordaram com qualquer ato que não pudesse ser considerado justo, "qualquer consideração [que] possa surgir", porque somente a justiça, pode produzir um verdadeiro estado de harmonia e estabilidade. Qualquer coisa abaixo disso criaria uma ordem falsa enganosa e sem sentido, destinada ao colapso quando o primeiro estado poderoso decidiu tirar vantagem de sua força superior.”*

**- David King, Viena 1814: Como os conquistadores de Napoleão fizeram a guerra, a paz e o amor no Congresso de Viena.**

# COMITÊ

## O Comitê Histórico

Um dos fatores mais fascinantes de estar em uma simulação da ONU é a maleabilidade de assuntos e cenários que podemos nos deparar. Diante disso, o comitê histórico é uma das variantes mais extraordinárias, pois com ela você tem a possibilidade de reviver e recriar eventos que foram fundamentais para a continuação da existência humana. A história é uma das ferramentas mais importantes para a melhor compreensão e desenvolvimento desse comitê; principalmente no que tange às relações diplomáticas e divisões de poder durante a linha cronológica do evento. Mas não se deixe perder no script existente do mundo “real”, a magia do comitê é a inovação e a criatividade das propostas, é o surgimento de novas ideias e conceitos, novos realinhamentos de poder, acordos nunca assinados na história e, parecendo ultraje, reescrever a história. Lembre-se que você, delegado, tem o poder das diplomacias para mudar os rumos dos mais importantes eventos da era.

## O Congresso de Viena

Reis, rainhas, príncipes e diplomatas foram todos para a cidade de Viena no outono de 1814 para a tão esperada conferência de paz. Mais de 200 estados e casas principescas enviaram delegados para resolver as muitas questões não resolvidas. O Evento marcou o estabelecimento de uma nova ordem política e legal para a Europa após mais de duas décadas de turbulência e guerra após a Revolução Francesa. A derrota de Napoleão (1769-1821) em 1813-1814 por uma enorme coalizão de potências sob a liderança da Grã-Bretanha, Rússia, Áustria e Prússia deu às potências vitoriosas a oportunidade de estabilizar a Europa. Eles pretendiam fazer isso contendo o poder da França e recriando o equilíbrio entre as grandes potências. A conferência de paz que estabeleceu muitas das convenções da diplomacia e política modernas que ainda seguimos hoje.

Logo, um novo script deve ser escrito, e com ele algumas perguntas irão surgir. Como os vencedores reconstruirão o continente dilacerado pela guerra? Como irão restituir os milhões que perderam parentes. O Congresso de Viena oferece uma chance de corrigir os erros do passado e, muitos esperam, criar o melhor de todas as palavras possíveis.

# CONTEXTO HISTÓRICO E PROBLEMÁTICA

## Revolução Francesa

A Revolução Francesa foi um marco de extrema relevância histórica, e representou a grande mudança do governo francês no século XVIII. Foi um movimento político e social realizado pela população Francesa, que se encontrava em condições de insalubridade, tendo como objetivo derrubar o governo monárquico e romper o absolutismo da França. Os revolucionários franceses seguiam o lema "Liberté, Egalité, Fraternité" ("liberdade, igualdade, fraternidade") e difundiam as ideias iluministas, como a liberdade individual, a tolerância religiosa e, em geral, o progresso. Tendo como marca de seu fim a queda da Bastilha, o movimento foi bem-sucedido e implicou em um forte impacto por todo país francês, causando o fim da monarquia absolutista, a abolição da aristocracia francesa, a separação da igreja com o estado, a ampla difusão do nacionalismo e dos ideais iluministas, o empoderamento de Napoleão Bonaparte e a instalação de uma república democrática.

As principais ideias iluministas relacionadas à liberdade individual começaram a ser propagadas na Europa e na América, através de movimentos sociais e revoltas políticas. Esses ideais que remetiam ao liberalismo afetaram negativamente as tentativas de restabelecimento das colônias na América Latina, situação justificada pelo "sentimento de independência" e pelas ações separatistas

## Contrarrevolução, Regicídio e O Reino de Terror

Os acontecimentos na França deram uma nova esperança aos revolucionários que haviam sido derrotados alguns anos antes nas Províncias Unidas, Bélgica e Suíça. Da mesma forma, todos aqueles que desejavam mudanças na Inglaterra, Irlanda, nos estados alemães, nas terras austríacas ou na Itália olhavam para a Revolução com simpatia.

Vários contra-revolucionários franceses - nobres, eclesiásticos e alguns burgueses - abandonaram a luta em seu próprio país e emigraram. Como "emigrados", muitos formaram grupos armados perto da fronteira nordeste da França e buscaram a ajuda dos governantes da Europa. Os governantes foram a princípio indiferentes à Revolução, mas começaram a se preocupar quando a Assembleia Nacional Constituinte Francesa proclamou um princípio revolucionário de direito internacional - a saber, que um povo tinha o direito à

autodeterminação. De acordo com este princípio, o território papal de Avignon foi reunido com a França em 13 de setembro de 1791. No início de 1792, tanto os radicais, ansiosos por divulgar os princípios da Revolução, quanto o rei, na esperança de que a guerra fortaleceria sua autoridade ou permitisse exércitos estrangeiros para resgatá-lo, apoiaram uma política agressiva. França declarou guerra contra Áustria em 20 de abril de 1792.

Na primeira fase da guerra (abril-setembro de 1792), a França sofreu derrotas; A Prússia entrou na guerra em julho, e um exército austro-prussiano cruzou a fronteira e avançou rapidamente em direção a Paris. Acreditando que foram traídos pela monarquia - de fato, a rainha austríaca da França, Maria Antonieta, encorajou privadamente seu irmão, o Sacro Imperador Leopoldo II, a invadir a França como uma medida contra-revolucionária - os revolucionários de Paris se levantaram em 10 de agosto 1792. Eles ocuparam o Palácio das Tulherias, onde vivia Luís XVI, e aprisionaram a família real no Templo. No início de setembro, a multidão parisiense invadiu as prisões e massacrou os nobres e clérigos detidos ali. Enquanto isso, voluntários estavam chegando ao exército quando a Revolução havia despertado os franceses nacionalistas. Em um esforço final, as forças francesas detiveram os prussianos em 20 de setembro de 1792, em Valmy. No mesmo dia, nova assembleia, a Convenção Nacional, foi cumprida. No dia seguinte, proclamou a abolição da monarquia e o estabelecimento da república.

Na segunda fase da guerra (setembro de 1792 a abril de 1793), os revolucionários levaram a melhor sobre o inimigo. Bélgica, Renânia, Savoy e o condado de Nice foram ocupados pelos exércitos franceses. Enquanto isso, a Convenção Nacional foi dividida entre os Girondins , que queriam organizar uma república burguesa na França e espalhar a Revolução por toda a Europa, e o Montagnards ("Mountain Men"), que, com Maximilien Robespierre queria dar às classes mais baixas uma maior participação no poder político e econômico. Apesar dos esforços feitos pelos girondinos, Luís XVI foi julgado pela Convenção, condenado à morte por traição e executado em 21 de janeiro de 1793; Maria Antonieta foi guilhotinada nove meses depois.



**Execução de Luís XVI, 1793.I**

## **O Diretório e Expansão Revolucionária**

A constituição do ano III, que a Convenção Nacional aprovou, colocava o poder executivo em uma Diretoria de cinco membros e o poder legislativo em duas câmaras, o Conselho dos Antigos e o Conselho dos Quinhentos (juntos chamados de Corps Législatif). Este regime, uma república burguesa, poderia ter alcançado a estabilidade se a guerra não tivesse perpetuado a luta entre revolucionários e contrarrevolucionários em toda a Europa.

Além disso, a guerra amargou os antagonismos existentes entre o Diretório e os conselhos legislativos na França e muitas vezes deu origem a novos. Essas disputas foram resolvidas por golpes de estado, principalmente os de 18 Fructidor, ano V (4 de setembro de 1797), que retirou os monarquistas do Diretório e dos conselhos, e de 18 Brumário, ano VIII (9 de novembro de 1799), em que Bonaparte aboliu o Diretório e se tornou o líder da França como seu "primeiro cônsul".

Após a vitória de Fleurus, o progresso dos exércitos franceses na Europa continuou. A Renânia e a Holanda foram ocupadas e, em 1795, a Holanda, Toscana, Prússia e Espanha negociaram a paz. Quando o exército francês sob Bonaparte entrou Itália (1796), a Sardenha chegou rapidamente a um acordo. A Áustria foi a última a ceder (Tratado de Campo Formio, 1797). A maioria dos países ocupados pelos franceses foram organizados como "repúblicas irmãs", com instituições inspiradas nas da França Revolucionária.

A paz no continente europeu, entretanto, não encerrou a expansão revolucionária. A maioria dos diretores herdou o desejo girondino de espalhar a Revolução pela Europa e ouviu os apelos dos Jacobinos no exterior. Assim, as tropas francesas em 1798 e 1799 entraram na Suíça, nos Estados Papais e em Nápoles e estabeleceram as repúblicas Helvética, Romana e



Partenópica. A Grã-Bretanha, no entanto, continuou em guerra com a França. Incapaz de efetuar um desembarque na Inglaterra, o Diretório, a pedido de Bonaparte, decidiu ameaçar os britânicos na Índia ocupando o Egito. Um corpo expedicionário sob Bonaparte facilmente ocupava Malta e Egito, mas o esquadrão que o havia transportado foi destruído pela frota de Horatio Nelson na Batalha do Nilo em 14 Thermidor, ano VI (1 de agosto de 1798). Este desastre encorajou a formação de uma Segunda Coalizão de potências alarmada com o avanço da Revolução. Esta coalizão da Áustria, Rússia, Turquia e Grã-Bretanha obtiveram grande sucesso durante a primavera e o verão de 1799 e expulsaram os exércitos franceses para as fronteiras. Bonaparte então retornou à França para explorar seu próprio grande prestígio e o descrédito ao qual os reveses militares trouxeram o governo. Seu golpe de estado de 18 de Brumário derrubou o Diretório e substituiu o consulado. Embora Bonaparte proclamou o fim da Revolução, ele próprio a difundiu em novas formas por toda a Europa.



***A Batalha das Pirâmides* , óleo sobre tela de Louis-François Lejeune, 1806; no Château de Versailles.**

## **Guerras napoleônicas**

Por volta de 1803, a França era liderada politicamente por Napoleão Bonaparte e passava por um momento de revolução política e ideológica. Essa época foi marcada pelas grandes Guerras Napoleônicas, termo que constitui os diversos conflitos travados entre os revolucionários franceses (comandados pelo líder Bonaparte) e pela união das grandes nações visando um mesmo objetivo, algo que em sua magnitude nunca antes havia

acontecido. O líder Napoleão possuía o objetivo de estabelecer a ideologia política abordada durante a revolução francesa, que tratava sobre questões de liberdade e igualdade, por toda a Europa. Para isso, era necessário o fim do absolutismo monárquico que constituía o território europeu. Assim, a nação francesa passou a realizar invasões em diferentes territórios europeus e confrontar aquelas províncias que se opuseram a mesma. O avanço territorial da França era notável, e demonstrou o poder militar dos revolucionários franceses, a força do ideal que eles defendiam, além dos impactos de sua disseminação que após ter sido exposta pelo velho continente, a conjuntura política do globo nunca mais foi a mesma.

## **Formação das Coligações**

Em contrapartida, a maioria dos países europeus seguia um governo de caráter monárquico e absolutista. A maior parte daquelas províncias divergiam da política francesa e defendiam a reposição do poder para o antigo Imperador Luís XVI, retirado do poder durante a revolução francesa. Logo, devido aos frequentes ataques franceses e às relações políticas entre as monarquias europeias, as últimas citadas decidiram criar ou até fortalecer suas alianças, com o objetivo de interromper a expansão territorial da França e derrubar o Império de Napoleão. Parte dessas alianças eram denominadas como “coligações” ou “coalizões” e sua nomenclatura era baseada na enumeração de cada aliança específica.

A principal coligação se tratou da Sexta Coligação, formada por Prússia, Rússia, Suécia, Reino Unido e Áustria, as quais representaram uma forte união militar. As coligações foram denominadas como:

- A Primeira Coligação representou o início das alianças entre as monarquias europeias e dos conflitos com a França Revolucionária. Napoleão havia declarado guerra contra as monarquias de Habsburgo. Em resposta, o Reino da Prússia aliou-se ao Império da Áustria em 7 de fevereiro de 1792, em seguida havendo a adesão do Império da Rússia; mais tarde alguns Estados do Sacro Império Romano-Germânico se aliou à eles, assim como os Estados italianos, com exceção de Génova e Veneza que optaram por se matar neutras. Ao mesmo tempo, o Reino da Grã-Bretanha e o Reino da Espanha declararam guerra contra a França, após as sucessivas invasões napoleônicas à República Batava. Então, as antes citadas nações, após seguidos acordos bilaterais constituíram a primeira coligação, que se concluiu formada por: Império Austríaco, Reino da Prússia, Império Russo, Reino da Espanha, Estados alemães e italianos e República Batava.

- A Segunda Coligação realizou a segunda tentativa de confrontar a nação francesa. Vale ressaltar que os franceses nesse momento estavam na reta final de sua revolução. Em 1798, o governo britânico entrou em contato com o Império Russo alegando a necessidade de fazer com que a França retornasse às suas fronteiras iniciais, tendo em vista o cenário de extrema expansão que já havia se formado, além de pedir apoio no processo de libertação da República Batava. Ao final do processo a coligação se formou com a participação do Reino da Grã-Bretanha, Império-Otomano, Império Austríaco, Império Russo e o Reino de Nápoles.
- A Terceira Coligação surgiu com os objetivos de evitar os avanços territoriais de Napoleão, agora imperador, tendo como seu mais novo aliado o Reino da Espanha, visando principalmente invadir o território britânico. Desta vez a união se formou por Reino da Grã-Bretanha, Reino da Áustria, Reino de Nápoles, Império Russo e Reino da Suécia. Na Batalha de Trafalgar, os britânicos foram capazes de impedir os avanços das frotas francesas e espanholas até sua região, entretanto, com a derrota das demais nações, em resposta a França decretou o Bloqueio Continental da Inglaterra.
- A Quarta Coligação apresentou a presença da Grã Bretanha, Rússia, Suécia e o retorno da Prússia no conflito direto. Após a derrota, a Rússia firmou um acordo de paz com Napoleão Bonaparte. A oficialização do Bloqueio Continental persistiu prejudicando a Inglaterra e causou a saída da Família Real de Portugal em direção ao Brasil.
- A Quinta Coligação, formada por Grã-Bretanha e Áustria, entrou em combate com a França e apresentou um resultado indesejado pelas outras monarquias europeias, uma vez que Napoleão saiu novamente vitorioso, obrigando a Áustria a assinar um tratado de paz. Além disso, Napoleão, visando evitar novos conflitos com os austríacos em coligações, se separou de sua esposa e se casou com a filha do imperador austríaco Francisco I.
- A Sexta Coligação, como dito anteriormente se tratou da principal das coalizões, sendo composta por Áustria, Rússia, Suécia, Grã-Bretanha e parte dos Estados do Império Romano-Germânico. Nesta coligação, após sucessivos conflitos entre março de 1813 e maio de 1814 Napoleão Bonaparte foi finalmente derrotado em solo germânico, na Saxônia. Após esse feito iniciaram as reuniões e conversas entre as monarquias europeias sobre o próximo passo para a reestruturação da região, e assim em setembro de 1814 iniciou-se o Congresso de Viena. Percebe-se, portanto, que ao longo das Guerras Napoleônicas, os conflitos travados entre as províncias europeias e a França em sua maioria apresentaram o mesmo resultado, que se trata do êxito da França. Contudo, ao final o que determinou a reversão da hegemonia francesa foi a determinante união entre as nações, evidentemente ocorreram muitas derrotas,

porém a insistência em realizar acordos diplomáticos foi o melhor e único caminho para a vitória.

Para realizar a formalidade e a oficialização do fim do Império e a derrota francesa, as províncias europeias aliadas que participaram da derrota da França estabeleceram o Tratado de Paris (1814). O documento foi pouco punitivo a França, abordando questões sobre o restabelecimento do território francês ao de 1792, com um certo aumento territorial. O documento representou um acordo de paz entre a França, a Sexta coligação e o resto da Europa. Após o fim dos conflitos militares, o continente Europeu acabou por apresentar uma diferente organização territorial, em reverência aquela posterior às guerras napoleônicas. Devidas transformações do continente são as consequências da expansão francesa, bem como das invasões realizadas por Napoleão Bonaparte.

Esta desorganização do continente da Europa foi a motivação para que as Monarquias europeias se reunissem para restabelecer a ordem territorial de cada nação, tomando como referência o continente da Europa posterior às expansões territoriais da França. Assim, foi determinada a criação do Congresso de Viena, para que a problemática fosse concluída

# O CONGRESSO DE VIENA

Apesar de que, no comitê, os delegados serão inseridos no início do Congresso de Viena, é primordial entender como a conferência aconteceu de fato. Assim, entendendo ainda mais o contexto e os objetivos da época

## O equilíbrio do poder e o Concerto da Europa

O Concerto da Europa foi um sistema de resolução de disputas adotado pelas principais potências conservadoras da Europa para manter seu poder, opor-se aos movimentos revolucionários, enfraquecer as forças do nacionalismo e manter o equilíbrio de poder.

- Quando as Guerras Napoleônicas chegaram ao fim na segunda década do século 19, as Grandes Potências da Europa (Grã-Bretanha, Prússia, Rússia e Áustria) começaram a planejar o mundo do pós-guerra.
- Para criar um equilíbrio de poder na Europa e evitar novos conflitos, eles desenvolveram o que ficou conhecido como o Concerto da Europa, começando com o Congresso de Viena.
- O Congresso de Viena dissolveu o mundo napoleônico e tentou restaurar as monarquias que Napoleão havia derrubado.
- O Congresso foi a primeira ocasião na história em que, em escala continental, representantes nacionais se reuniram para formular tratados em vez de se basearem principalmente em mensagens entre as várias capitais.
- O Concerto da Europa, apesar das mudanças posteriores e colapsos diplomáticos algumas décadas depois, formou a estrutura básica para a política internacional europeia até a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914.

Como as quatro principais potências europeias (Grã-Bretanha, Prússia, Rússia e Áustria) opondo-se ao Império Francês nas Guerras Napoleônicas viram o poder de Napoleão entrar em colapso em 1814, eles começaram a planejar para o mundo do pós-guerra. O Tratado de Chaumont de março de 1814 reafirmou as decisões que seriam ratificadas pelo Congresso mais importante de Viena de 1814-15. O Congresso de Viena foi o primeiro de uma série de reuniões internacionais que veio a ser conhecido como o Concerto da Europa, uma tentativa de estabelecer um equilíbrio de poder pacífico na Europa. Serviu de modelo para

organizações posteriores, como a Liga das Nações em 1919 e as Nações Unidas em 1945. Elas incluíram o estabelecimento de uma Alemanha confederada, a divisão dos protetorados franceses e anexações em estados independentes, a restauração dos reis Bourbon de Espanha, o alargamento dos Países Baixos para incluir o que em 1830 se tornou a Bélgica moderna e a continuação dos subsídios britânicos aos seus aliados. O Tratado de Chaumont uniu os poderes para derrotar Napoleão e se tornou a pedra angular do Concerto da Europa, que formou o equilíbrio de poder nas duas décadas seguintes. O princípio básico do equilíbrio de poder europeu é que nenhuma potência europeia única deve ter permissão para alcançar a hegemonia sobre uma parte substancial do continente e que isso é melhor restringido tendo um pequeno número de alianças em constante mudança disputando o poder.

O Congresso de Viena dissolveu o mundo napoleônico e tentou restaurar as monarquias que Napoleão havia derrubado, inaugurando uma era de reação. Sob a liderança de Metternich, o primeiro-ministro da Áustria (1809 a 1848) e de Lord Castlereagh, o ministro das Relações Exteriores da Grã-Bretanha (1812 a 1822), o Congresso criou um sistema para preservar a paz. Sob o Concerto da Europa, as principais potências europeias - Grã-Bretanha, Rússia, Prússia, Áustria e (depois de 1818) França - prometeram reunir-se regularmente para resolver diferenças. O objetivo não era simplesmente restaurar antigas fronteiras, mas redimensionar os poderes principais para que pudessem se equilibrar e permanecer em paz. Os líderes eram conservadores com pouca utilidade para o republicanismo ou a revolução, que ameaçavam perturbar o status quo na Europa.

O Congresso resolveu a crise polonesa-saxônica em Viena e a questão da independência grega em Laibach. Realizaram-se três grandes congressos europeus. O Congresso de Aix-la-Chapelle (1818) encerrou a ocupação da França. Os outros eram insignificantes, pois cada nação percebeu que os Congressos não eram vantajosos para eles, pois as disputas eram resolvidas com um grau cada vez menor de eficácia.

O Congresso foi a primeira vez na história onde, em escala continental, representantes nacionais se reuniram para formular tratados em vez de se basearem principalmente em mensagens entre as várias capitais. O acordo do Congresso de Viena, apesar das mudanças posteriores, formou a estrutura da política internacional europeia até a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914.

## **Ordem Conservadora**

A Ordem Conservadora é um termo aplicado à história política europeia após a derrota de Napoleão em 1815. De 1815 a 1830, um programa consciente por estadistas conservadores, incluindo Metternich e Castlereagh, foi implementado para conter a revolução e as forças revolucionárias restaurando as velhas ordens, particularmente aristocracias governantes anteriores

Grã-Bretanha, Prússia, Rússia e Áustria renovaram seu compromisso de evitar qualquer restauração do poder bonapartista e concordaram em se reunir regularmente em conferências para discutir seus interesses comuns. Este período contém a época da Santa Aliança, um acordo militar. O Concerto da Europa foi a estrutura política que surgiu da Quádrupla Aliança em novembro de 1815.

O objetivo dos conservadores no Congresso, liderados pelo príncipe Klemens von Metternich da Áustria, era restabelecer a paz e a estabilidade na Europa. Para conseguir isso, um novo equilíbrio de poder teve que ser estabelecido. Metternich e os outros quatro estados representados procuraram fazer isso restaurando antigas famílias governantes e criando zonas-tampão entre as grandes potências. Para conter os ainda poderosos franceses, a Casa de Orange-Nassau foi colocada no trono na Holanda, que anteriormente compreendia a República Holandesa e a Holanda austríaca (Bélgica). Ao sudeste da França, o Piemonte (oficialmente parte do reino da Sardenha) foi ampliado. A dinastia Bourbon foi restaurada para a França e Espanha, bem como o retorno de outros governantes legítimos aos estados italianos. E para conter o império russo, a Polônia foi dividida entre a Áustria, a Prússia,

## **Participantes do Congresso**

Os principais participantes do Congresso de Viena foram o secretário de relações exteriores britânico, Lord Castlereagh, o chanceler austríaco Klemens von Metternich e o czar Alexandre I da Rússia, todos com uma visão reacionária e conservadora para a Europa após as Guerras Napoleônicas, favorecendo a estabilidade e o status quo sobre o progresso liberal.

- O objetivo do Congresso de Viena era fornecer um plano de paz de longo prazo para a Europa, resolvendo questões críticas decorrentes das Guerras Revolucionárias Francesas e das Guerras Napoleônicas.

- As principais personalidades do Congresso foram o secretário de relações exteriores britânico, Lord Castlereagh, o chanceler austríaco Klemens von Metternich e o czar Alexandre I da Rússia.
- Esses três líderes no Congresso são conhecidos por seu conservadorismo, que visa criar uma paz duradoura e manter o status quo e se opõe ao progresso liberal e ao nacionalismo.
- Essa agenda conservadora foi fortemente criticada por muitos historiadores que argumentam que ela impediu o progresso e criou as condições para a Primeira Guerra Mundial
- Charles Maurice de Talleyrand-Périgord da França foi o grande responsável por retornar a França rapidamente ao seu lugar ao lado de outras grandes potências na diplomacia internacional após sua derrota nas Guerras Napoleônicas.
- Praticamente todos os estados da Europa tinham uma delegação em Viena - mais de 200 estados e casas principescas estiveram representados no Congresso.

## **Elementos-chave**

O Congresso funcionou por meio de reuniões formais, como grupos de trabalho e funções diplomáticas oficiais; no entanto, uma grande parte foi conduzida informalmente em salões, banquetes e bailes.

A Áustria foi representada pelo Príncipe Klemens von Metternich, ministro das Relações Exteriores, e por seu vice, Barão Johann von Wessenberg. Como as sessões do Congresso foram em Viena, o Imperador Francisco foi mantido informado. Metternich foi um dos principais arquitetos do equilíbrio de poder na Europa e abordou o assunto de uma perspectiva conservadora. Ele era um ferrenho oponente do liberalismo e do nacionalismo, favorecendo, em vez disso, a preservação do status quo em face do desafio revolucionário. Ele também desconfiava do domínio russo. Os críticos de sua agenda diplomática o pintam como o homem que impediu a Áustria e o resto da Europa Central de "se desenvolver de acordo com as linhas liberais e constitucionais normais". Se Metternich não tivesse impedido o "progresso", argumentam alguns, a Áustria poderia ter se reformado e lidado melhor com seus problemas de nacionalidade, e a Primeira Guerra Mundial talvez nunca tivesse acontecido.



A Grã-Bretanha foi representada primeiro por seu Secretário do Exterior, Visconde Castlereagh, depois pelo Duque de Wellington, após o retorno de Castlereagh à Inglaterra em fevereiro de 1815. Nas últimas semanas, foi chefiada pelo Conde de Clancarty depois que Wellington partiu para enfrentar Napoleão durante os Cem Dias. Castlereagh, um conservador como Metternich, tinha uma visão de paz de longo prazo na Europa que unia os esforços das grandes potências. Ao mesmo tempo, ele estava atento aos interesses mercantis e imperiais da Grã-Bretanha. Ele viu que um duro tratado baseado na vingança e retaliação contra a França falharia e, de qualquer maneira, os Bourbons conservadores estavam de volta ao poder. Ele empregou suas habilidades diplomáticas para bloquear termos severos. Trazer a França de volta ao equilíbrio diplomático foi importante para sua visão de paz.

O czar Alexandre I controlava a delegação russa formalmente chefiada pelo ministro das Relações Exteriores, conde Karl Robert Nesselrode. O czar tinha três objetivos principais: ganhar o controle da Polônia, formar uma liga que pudesse intervir e interromper as revoluções contra as monarquias e o tradicionalismo e promover a coexistência pacífica das nações europeias. Ele conseguiu formar a Santa Aliança (1815), baseada no monarquismo e anti-secularismo, e formada para combater qualquer ameaça de revolução ou republicanismo.

A Prússia foi representada pelo Príncipe Karl August von Hardenberg, o Chanceler, e pelo diplomata e estudioso Wilhelm von Humboldt. O rei Frederico Guilherme III da Prússia também estava em Viena, desempenhando seu papel nos bastidores. Hardenberg era mais liberal do que os outros participantes principais e, no início de sua carreira, implementou uma variedade de reformas liberais. A ele e ao barão von Stein, a Prússia devia as melhorias em seu sistema de exército, a abolição da servidão e dos fardos feudais, a abertura do serviço público a todas as classes e a reforma completa do sistema educacional. No entanto, na época do Congresso de Viena, o apogeu de sua influência, se não de sua fama, havia passado. Na diplomacia, ele não era páreo para Metternich, cuja influência logo ofuscou a sua.

A França, a “quinta” potência, foi representada por seu ministro das Relações Exteriores, Talleyrand, bem como pelo ministro plenipotenciário, o duque de Dalberg. Talleyrand já havia negociado o Tratado de Paris (1814) para Luís XVIII da França; o rei, entretanto, não confiava nele e também estava negociando secretamente com Metternich pelo correio. Talleyrand desempenhou um papel importante no Congresso, onde negociou um acordo favorável para a França ao desfazer as conquistas de Napoleão. Ele buscou uma paz negociada e segura para perpetuar os ganhos da Revolução Francesa.

Inicialmente, os representantes das quatro potências vitoriosas esperavam excluir os franceses de uma participação séria nas negociações, mas Talleyrand habilmente conseguiu inserir-se em “seus conselhos internos” nas primeiras semanas de negociações. Ele se aliou a um Comitê de Oito potências menores (incluindo Espanha, Suécia e Portugal) para controlar as negociações. Assim que Talleyrand conseguiu usar esse comitê para se tornar parte das negociações internas, ele o deixou, mais uma vez abandonando seus aliados.

O secretário do Congresso, Friedrich von Gentz, relatou: “A intervenção de Talleyrand e Labrador alterou irremediavelmente todos os nossos planos. Talleyrand protestou contra o procedimento que adotamos e nos deu uma boa avaliação por duas horas. Foi uma cena que nunca esquecerei.”

Praticamente todos os estados da Europa tinham uma delegação em Viena - mais de 200 estados e casas principescas estiveram representados no Congresso. Além disso, havia representantes de cidades, corporações, organizações religiosas (por exemplo, abadias) e grupos de interesses especiais (por exemplo, uma delegação representando editores alemães, exigindo uma lei de direitos autorais e liberdade de imprensa). O Congresso se destacou por seu generoso entretenimento: segundo uma famosa piada, ele não se mexeu, mas dançou.

## **Mudanças territoriais na Europa**

O objetivo do Congresso de Viena não era simplesmente restaurar velhas fronteiras, mas redimensionar as principais potências para que pudessem se equilibrar e permanecer em paz.

- A Ata Final, incorporando todos os tratados separados criados durante e ao redor do Congresso de Viena, foi assinada em 9 de junho de 1815, introduzindo importantes mudanças territoriais na Europa para criar um equilíbrio de poder entre as nações.
- A França perdeu todas as suas conquistas territoriais das Guerras Napoleônicas.
- A Rússia ganhou muito da Polônia, enquanto a Prússia acrescentou estados alemães menores no oeste, a Pomerânia sueca e 40% do Reino da Saxônia.
- O Congresso criou uma Alemanha Confederada, uma consolidação dos quase 300 estados do Sacro Império Romano (dissolvido em 1806) em um sistema muito menos complexo de 39 estados.

- A península italiana tornou-se uma mera “expressão geográfica” dividida em sete partes: Lombardia-Venetia, Modena, Nápoles-Sicília, Parma, Piemonte-Sardenha, Toscana e os Estados Papais sob o controle de diferentes poderes.

O Congresso de Viena (1814-1815) dissolveu o mundo napoleônico e tentou restaurar as monarquias que Napoleão havia derrubado, inaugurando uma era de conservadorismo. Sob a liderança de Metternich, o primeiro-ministro da Áustria (1809 a 1848) e de Lord Castlereagh, o ministro das Relações Exteriores da Grã-Bretanha (1812 a 1822), o Congresso criou um sistema para preservar a paz. O objetivo não era simplesmente restaurar antigos limites, mas redimensionar os poderes principais para que pudessem se equilibrar.

- A França perdeu todas as suas conquistas recentes, enquanto a Prússia, a Áustria e a Rússia obtiveram grandes ganhos territoriais. A Prússia acrescentou estados alemães menores no oeste, a Pomerânia sueca e 40% do Reino da Saxônia; A Áustria ganhou Veneza e grande parte do norte da Itália. A Rússia ganhou partes da Polônia. O novo Reino dos Países Baixos havia sido criado poucos meses antes e incluía o antigo território austríaco que em 1830 se tornou a Bélgica.
- A Ata Final, incorporando todos os tratados separados, foi assinada em 9 de junho de 1815 (alguns dias antes da Batalha de Waterloo).
- Os principais resultados do Congresso foram as ampliações da Rússia, que conquistou a maior parte do Ducado de Varsóvia (Polônia), e da Prússia, que adquiriu o distrito de Poznań, a Pomerânia sueca, a Vestfália e o norte da Renânia. A consolidação da Alemanha dos quase 300 estados do Sacro Império Romano (dissolvido em 1806) em um sistema muito menos complexo de 39 estados (quatro dos quais eram cidades livres) foi confirmada. Esses estados formaram uma confederação alemã indefinida sob a liderança da Áustria e da Prússia.
- O Congresso também confirmou a perda da França dos territórios anexados entre 1795-1810, que já haviam sido resolvidos pelo Tratado de Paris.
- Os representantes no Congresso concordaram com várias outras mudanças territoriais. Pelo Tratado de Kiel, a Noruega foi cedida pelo rei da Dinamarca-Noruega ao rei da Suécia. Isso deu início ao movimento nacionalista que levou ao estabelecimento do Reino da Noruega em 17 de maio de 1814 e à subsequente união pessoal com a Suécia. A Áustria ganhou a Lombardia-Venetia no norte da Itália, enquanto grande parte do resto da Itália Centro-Norte foi para as dinastias dos Habsburgos (o Grão-Ducado da Toscana, o Ducado de Modena e o Ducado de Parma).

- Os Estados Papais foram devolvidos ao Papa. O Reino do Piemonte-Sardenha foi restaurado às suas possessões continentais e ganhou o controle da República de Gênova. No sul da Itália, o cunhado de Napoleão, Joachim Murat, foi originalmente autorizado a reter seu reino de Nápoles, mas seu apoio a Napoleão nos Cem Dias levou à restauração do Bourbon Ferdinand IV ao trono.
- Um grande Reino Unido da Holanda foi formado para o Príncipe de Orange, incluindo as antigas Províncias Unidas e os territórios anteriormente governados pela Áustria no sul da Holanda. Outros ajustes territoriais menos importantes incluíram ganhos significativos para os reinos alemães de Hanover (que ganhou a Frísia Oriental da Prússia e vários outros territórios no noroeste da Alemanha) e a Baviera (que ganhou o Palatinado Renano e territórios na Francônia). O Ducado de Lauenburg foi transferido de Hanover para a Dinamarca, e a Prússia anexou a Pomerânia sueca. A Suíça foi ampliada e a neutralidade suíça foi estabelecida. Os mercenários suíços desempenharam um papel significativo nas guerras europeias por várias centenas de anos; o Congresso pretendia interromper definitivamente essas atividades.
- Durante as guerras, Portugal perdeu a sua cidade de Olivença para a Espanha e mudou-se para a restaurar. Portugal é historicamente o mais antigo aliado da Grã-Bretanha e com o apoio britânico conseguiu que a reincorporação de Olivença fosse decretada no artigo 105 da Acta Final, que afirmava que o Congresso “entendeu a ocupação de Olivença como ilegal e reconheceu os direitos de Portugal”. Portugal ratificou a Ata Final em 1815, mas a Espanha não quis assinar, e isso se tornou o mais importante obstáculo ao Congresso de Viena. Decidindo no final que era melhor fazer parte da Europa do que ficar sozinha, a Espanha finalmente aceitou o Tratado em 7 de maio de 1817; no entanto, Olivença e arredores nunca foram devolvidos ao controle português e esta questão permanece por resolver.
- A Grã-Bretanha recebeu partes das Índias Ocidentais às custas da Holanda e da Espanha e manteve as ex-colônias holandesas do Ceilão e da Colônia do Cabo, bem como Malta e Heligoland. Sob o Tratado de Paris, a Grã-Bretanha obteve um protetorado sobre os Estados Unidos das Ilhas Jônicas e as Seychelles.

## Consequências diplomáticas do Congresso de Viena

Apesar dos esforços das Grandes Potências da Europa para evitar conflitos e guerras com o Congresso de Viena, de muitas maneiras o sistema do Congresso falhou em 1823. O resto do século 19 foi marcado por mais fervor revolucionário, mais guerra e o surgimento de nacionalismo.

- O Congresso de Viena e o Concerto da Europa resultante, com o objetivo de criar uma Europa estável e pacífica após as Guerras Napoleônicas, conseguiram criar um equilíbrio de poder e diplomacia pacífica por quase uma década.
- As Grandes Potências, principais participantes do Congresso, também formaram a Santa Aliança e a Quádrupla Aliança, tratados para promover a visão conservadora do Congresso.
- No entanto, em 1823, o sistema diplomático desenvolvido pelo Congresso, pelo qual as principais potências podiam propor uma conferência para resolver uma crise, falhou.
- Em 1818, os britânicos decidiram não se envolver em questões continentais que não os afetassem diretamente e não apoiaram o czar em sua visão de prevenir a revolução.
- Nenhum Congresso foi convocado para restaurar o antigo sistema durante as grandes convulsões revolucionárias de 1848; assim, o nacionalismo e o liberalismo começaram a triunfar sobre o conservadorismo do sistema do Congresso.
- As alianças diplomáticas que se formaram a partir do Congresso foram destruídas durante a Guerra da Crimeia, na qual a Rússia foi derrotada pelas outras potências.

Com o Concerto da Europa, os limites territoriais estabelecidos no Congresso de Viena foram mantidos e, ainda mais importante, houve uma aceitação do tema do equilíbrio sem grandes agressões. Caso contrário, o sistema do Congresso falhou em 1823. Em 1818, os britânicos decidiram não se envolver em questões continentais que não os afetassem diretamente. Eles rejeitaram o plano do czar Alexandre I de suprimir futuras revoluções. O sistema Concert desmoronou quando os objetivos comuns das Grandes Potências foram substituídos por crescentes rivalidades políticas e econômicas. Artz diz que o Congresso de Verona em 1822 "marcou o fim". Não foi convocado nenhum Congresso para restaurar o antigo sistema durante as grandes convulsões revolucionárias de 1848, que exigiram a revisão das fronteiras do Congresso de Viena segundo as linhas nacionais.

As Revoluções de 1848, conhecidas em alguns países como a Primavera das Nações, a Primavera do Povo, a Primavera dos Povos ou o Ano da Revolução, foram uma série de convulsões políticas em toda a Europa em 1848. Continua a ser a onda revolucionária mais generalizada da história europeia. Esses diversos movimentos revolucionários estavam em oposição à agenda conservadora do Congresso de Viena e representaram um grande desafio à sua visão de uma Europa estável.

As revoluções foram de natureza essencialmente democrática, com o objetivo de remover as velhas estruturas feudais e criar Estados nacionais independentes. A onda revolucionária começou na França em fevereiro e imediatamente se espalhou pela maior parte da Europa e partes da América Latina. Mais de 50 países foram afetados, mas sem coordenação ou cooperação entre seus respectivos revolucionários. De acordo com Evans e von Strandmann (2000), alguns dos principais fatores contribuintes foram a insatisfação generalizada com a liderança política, demandas por mais participação no governo e na democracia, demandas por liberdade de imprensa, demandas feitas pela classe trabalhadora, o surgimento do nacionalismo, e o reagrupamento das forças governamentais estabelecidas.

As revoltas foram lideradas por instáveis coalizões *ad hoc* de reformadores, classes médias e trabalhadores, que não se mantiveram unidas por muito tempo. Dezenas de milhares de pessoas foram mortas e muitas outras forçadas ao exílio. Reformas significativas e duradouras incluíram a abolição da servidão na Áustria e na Hungria, o fim da monarquia absoluta na Dinamarca e a introdução da democracia parlamentar na Holanda. As revoluções foram mais importantes na França, Holanda, os estados que formariam o Império Alemão no final do século 19 e início do século 20, Itália e Império Austríaco.

Antes de 1850, a Grã-Bretanha e a França dominavam a Europa, mas na década de 1850 ficaram profundamente preocupados com o crescente poder da Rússia e da Prússia. A Guerra da Crimeia de 1854-55 e a Guerra Italiana de 1859 destruíram as relações entre as Grandes Potências na Europa. A vitória sobre a França napoleônica deixou os britânicos sem nenhum rival internacional sério, exceto talvez a Rússia na Ásia Central.

A Guerra da Crimeia (1853-56) foi travada entre a Rússia, que tentou expandir sua influência nos Bálcãs, contra uma aliança da Grã-Bretanha, França, Sardenha e Império Otomano. A Rússia foi derrotada.

Em 1851, a França sob Napoleão III obrigou o governo otomano a reconhecê-la como a protetora dos locais cristãos na Terra Santa. A Rússia denunciou essa afirmação, pois

afirmava ser a protetora de todos os cristãos ortodoxos orientais no Império Otomano. A França enviou sua frota ao Mar Negro; A Rússia respondeu com sua própria demonstração de força. Em 1851, a Rússia enviou tropas às províncias otomanas da Moldávia e da Valáquia. A Grã-Bretanha, agora temendo pela segurança do Império Otomano, enviou uma frota para se juntar aos franceses, esperando que os russos recuassem.

Esforços diplomáticos falharam. O sultão declarou guerra à Rússia em outubro de 1851. Após um desastre naval otomano em novembro, a Grã-Bretanha e a França declararam guerra à Rússia. A maioria das batalhas ocorreu na península da Crimeia, que os Aliados finalmente tomaram. Londres, chocada ao descobrir que a França estava negociando secretamente com a Rússia para formar uma aliança pós-guerra para dominar a Europa, abandonou seus planos de atacar São Petersburgo e, em vez disso, assinou um armistício unilateral com a Rússia que não atingiu quase nenhum de seus objetivos de guerra.

O Tratado de Paris, assinado em 30 de março de 1856, encerrou a guerra. Ele admitiu o Império Otomano no Concerto da Europa, e as Potências prometeram respeitar sua independência e integridade territorial. A Rússia desistiu de um pouco de terra e renunciou a sua reivindicação de um protetorado sobre os cristãos nos domínios otomanos. O Mar Negro foi desmilitarizado e uma comissão internacional foi criada para garantir a liberdade de comércio e navegação no rio Danúbio.

Depois de 1870, a criação e ascensão do Império Alemão como nação dominante reestruturou o equilíbrio de poder europeu. Pelos próximos vinte anos, Otto von Bismarck conseguiu manter esse equilíbrio propondo tratados e criando muitas alianças complexas entre as nações europeias, como a Tríplice Aliança.

## **A Santa Aliança e a Quádrupla Aliança**

Como uma extensão da visão do Congresso de Viena, o Reino da Prússia e os Impérios Austríaco e Russo formaram a Santa Aliança (26 de setembro de 1815) para preservar os valores sociais cristãos e o monarquismo tradicional. A intenção da aliança era restringir o republicanismo e o secularismo na Europa na esteira das devastadoras Guerras Revolucionárias Francesas, e a aliança nominalmente teve sucesso nisso até a Guerra da Crimeia (1853-1856). Todos os membros da coalizão aderiram prontamente à Aliança, exceto o Reino Unido, uma monarquia constitucional com uma filosofia política mais liberal.

A Grã-Bretanha, entretanto, ratificou a Quádrupla Aliança, assinada no mesmo dia do Segundo Tratado de Paz de Paris (20 de novembro de 1815) pelas mesmas três potências que assinaram a Santa Aliança em 26 de setembro de 1815. Ela renovou o uso do Sistema de Congressos, o que fez avançar as relações internacionais europeias. A aliança foi formada pela primeira vez em 1813 para combater a França e prometeu ajuda mútua. Tornou-se a Quíntupla Aliança quando a França aderiu em 1818.

Muito debate ocorreu entre os historiadores sobre qual tratado foi mais influente no desenvolvimento das relações internacionais na Europa nas duas décadas que se seguiram ao fim das Guerras Napoleônicas. Na opinião do historiador Tim Chapman, as diferenças são um tanto acadêmicas, já que os poderes não estavam vinculados aos termos dos tratados e muitos deles intencionalmente quebraram os termos se lhes convinha.

A Santa Aliança foi ideia do czar Alexandre I. Ela ganhou apoio porque a maioria dos monarcas europeus não desejava ofender o czar recusando-se a assiná-la e, como vinculava os monarcas pessoalmente em vez de seus governos, era fácil ignorar depois de assinada. Embora não se encaixasse confortavelmente na complexa, sofisticada e cínica rede de políticas de poder que simbolizava a diplomacia da era pós-napoleônica, sua influência foi mais duradoura do que os críticos contemporâneos esperavam e foi revivida na década de 1820 como uma ferramenta de repressão quando os termos da Quíntupla Aliança não foram considerados adequados aos propósitos de algumas das Grandes Potências da Europa.

A Quádrupla Aliança, ao contrário, era um tratado padrão e as quatro Grandes Potências não convidaram nenhum de seus aliados para assiná-lo. O objetivo principal era vincular as assinaturas para apoiar os termos do Segundo Tratado de Paris por 20 anos. Incluía uma disposição para que as Altas Partes Contratantes "renovassem suas reuniões em períodos fixos [...] com o propósito de consultar sobre seus interesses comuns", que eram a "prosperidade das Nações e a manutenção da paz na Europa".

**O Congresso de Viena é de grande importância para a história internacional. No comitê, vocês terão a oportunidade de reviver esse congresso. Todavia, não é necessário que as decisões e soluções sejam repetidas, uma vez que vocês se encontrarão no momento de início do congresso, terão liberdade para discutir possíveis novas medidas e alterar o rumo do mundo.**



# INFORMAÇÕES AOS DELEGADOS

Durante a ocorrência do comitê histórico, aqueles que forem participantes, estarão representando os diplomatas políticos das nações que influenciaram e participaram do Congresso de Viena, assim como aquelas que foram afetadas pela expansão da França napoleônica e tiveram seus territórios alterados. Ademais, é de fundamental importância ressaltar que o objetivo do comitê é analisar se através de um novo debate a história poderia ter um resultado diferente, por isso os delegados não necessitam seguir a história à risca, ou seja, muitas nações que não tiveram seus objetivos alcançados podem nessa nova reunião alcançar.

Os presentes delegados irão simular o Congresso de Viena por completo, logo, deverão debater a respeito das problemáticas e das consequências das invasões francesas, analisando da forma mais ampla o cenário histórico retratado e discutindo a respeito da reorganização territorial da Europa. Os diplomatas irão discutir sobre medidas e propostas para o restabelecimento das antigas fronteiras e compensações territoriais que podem ser feitas, assim como a ordem geopolítica a ser estabelecida.

Por se tratar de um comitê histórico, é imprescindível a coerência com a política (interna e externa) da nação representada, durante a época retratada (como princípios, alianças, religião e ideologias defendidas), apartando-se diretamente da forma como a nação se encontra ou é representada no cenário atual. Portanto, considerando o sistema comercial da época, a política de cada Estado e a situação social e econômica de cada nação em questão. As formações políticas e econômicas de cada Estado são delimitadas, no tema em questão (“Congresso de Viena”), pelo início da conferência, abordando sobre a introdução da reorganização territorial europeia.

# O QUE SE ESPERA DO COMITÊ?

Ao longo do comitê, espera-se que os participantes debatam e argumentem, mas não se limitem, às seguintes vertentes:

- A atual organização política do mapa europeu.
- A instabilidade social que alguns países envolvidos no conflito se encontram.
- Validade dos tratados estabelecidos.
- Insatisfação popular com questões sociais e territoriais.
- Insatisfação de famílias reais com questões políticas.
- Quaisquer pontas soltas que foram evidenciadas com a perspectiva atual.

# CONCLUSÃO

O final do século XVII e o começo do século XVIII foram marcados pelos conflitos sociais, políticos e militares ocorridos na Europa. Os ideais iluministas propagados pela Revolução Francesa resultaram em diversas revoltas de caráter liberal entre os continentes europeu e americano. A liderança de Napoleão possibilitou o avanço territorial francês por anos, violando os limites de cada monarquia invadida, até o fim das guerras napoleônicas, em que as monarquias aliadas triunfaram sobre a França, com a assinatura do Tratado de Paris, que exilou Napoleão Bonaparte.

A Europa se via em um cenário de desorganização territorial, juntamente aos conflitos internos políticos que ameaçavam o absolutismo monárquico. Com a finalidade de debater essas questões, as nações decidiram se reunir e realizar o Congresso de Viena. Em resumo, o Congresso de Viena foi a reunião diplomática entre as grandes potências europeias e outras nações do mesmo continente, que tratou de resolver as questões de rearranjo e restauração das fronteiras geográficas do continente europeu, tomando como referência o Antigo Regime. O restabelecimento do sistema absolutista foi tratado como essencial, uma vez que havia enfraquecido devido aos movimentos liberais (que foram retratados como "ameaçadores da paz").

Além disso, a questão dos instrumentos militar e dos limites territoriais de cada nação deveriam ser remodelados, visando que não houvesse desequilíbrio dos poderes de uma monarquia em regência às outras. As grandes potências europeias elaboraram e utilizaram de princípios e juízos que determinariam a forma como a situação seria tratada e justificam as ações que seriam tomadas ao longo do evento.

# REFERÊNCIAS

BERGAMINI, Ricardo. As coligações europeias contra Napoleão. Portal Jurídico Investidura, Florianópolis/SC, 02 out. 2008.

BOUDON, Jacques-Olivier, La France et l'Europe de Napoléon, Paris, Armand Colin, 2006.

BROERS, Mickael, Europe under Napoleon, Manchester, Hodder Arnold Publication, 1996.

BRUYÈRE-OSTELLS, Walter, «Napoleonic Europe», Encyclopédie pour une histoire numérique de l'Europe [online], ISSN 2677-6588, Link permanente: <https://ehne.fr/en/node/12298SCHNERB>

Bussière , Eric, Dumoulin , Michel, Trausch , Gilbert (dir.), Europa. L'idée et l'identité européenne, de l'Antiquité au début du xxi-e siècle, Bruxelles, Fonds Mercator, 2001.

CHAPPEY, Jean-Luc, Gainot, Bernard, Atlas de l'empire napoléonien, Paris, Autrement, 2008.

Couloubaritsis, Lambros, Aux sources de l'idée européenne, Bruxelles, Presses interuniversitaires européennes, 1993.

Desbazeilles , Michèle, L'Europe, naissance d'une utopie , Paris, L'Harmattan, 1996.

Duroselle , Jean-Baptiste, L'Europe , histoire de ses peuples , Paris, Hachette, 1998.

Frédéric Fogacci , «National Construction and European Issues», Encyclopédie pour une histoire numérique de l'Europe [online], ISSN 2677-6588, publicado a 22/06/20, consultado a 06/04/2021. Link permanente: <https://ehne.fr/en/node/12235>

Habermas, Jurgen, «Citoyenneté et identité nationale. Réflexions sur l'avenir de l'Europe », dans Jacques Lenoble et Nicole Dewandre, L'Europe au soir du siècle, identité et démocratie, Paris, Esprit, 1992.

Hobsbawm, Eric, Nations et nationalismes depuis 1780, Paris, Gallimard, 1992.

Pomian , Kryztof, L'Europe et ses Nations, Paris, Gallimard, 1990.

<https://www.todamateria.com.br/guerras-napoleonicas/>

<http://congrvienaerevliberais.blogspot.com/2011/06/congresso-de-viena-principios.html>

<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/congresso-de-viena.htm>